O INTÉRPRETE DE LIBRAS: UMA REFLEXÃO SOBRE O PAPEL DO INTÉRPRETE DE LÍNGUA DE SINAIS NA INCLUSÃO DO ALUNO SURDO

Juliana Vilela dos Santos Alvarez Garcia¹
Alan Silus da Cruz Silva²

RESUMO

A presença de um intérprete de LIBRAS na sala de aula torna-se fundamental para o processo de aprendizagem do aluno surdo. Este artigo tem por objetivo, discutir a presença do intérprete de LIBRAS no processo de aprendizagem do aluno surdo, identificando os aspectos importantes de sua atuação em sala de aula com o intuito de mostrar a importância desse profissional com base nas leis que possuem relação com as políticas de educação de surdos. Esse é um estudo que se enquadra em uma pesquisa bibliográfica, cujo embasamento teórico está na realização de pesquisa em livros e artigos publicados nos últimos anos sobre o tema. O intérprete de LIBRAS contribui de maneira única para a inclusão do aluno surdo, intermediando a sua comunicação com a professora de sala e com os conteúdos por ela ministrado, assim como a sua socialização com os demais alunos da sala, tornando-se um profissional essencial para a promoção da inclusão escolar do aluno surdo no ensino regular.

Palavras-chave: Intérprete de LIBRAS. Aluno surdo. Sala de aula.

1 INTRODUÇÃO

Antes mesmo da tradução, já existia a interpretação e, de acordo com Theodor (1980), a interpretação é a atividade mais antiga da história:

Historicamente a interpretação é mais antiga do que a tradução, que depende da palavra escrita, mas ela se subtrai à quantificação documentada, uma vez que reside exclusivamente no âmbito da palavra falada. Apenas desde a invenção dos meios de gravação tornou-se possível documentar a ação dos intérpretes (THEODOR, 1980, p. 16).

Os primeiros passos do surgimento da profissão de tradutor de pessoas surdas são oriundos de trabalhos religiosos ainda no período da ditadura militar, década de 1980. No entanto, “somente em 1988 é que irá acontecer o I Encontro Nacional de Intérpretes de Língua de Sinais organizado pela FENEIS – Federação Nacional de Educação e Integração de

¹ Graduada em Pedagogia, professora na escola SESC/MS e concluinte do curso de pós-graduação – UNIASSELVI Contato: julianav18@gmail.com.

² Professor Orientador. Especialista em Comunicação: Linguagens, Construção Textual e Literatura. Docente dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação EaD do Centro Universitário Leonardo Da Vinci – UNIASSELVI. Contato: alan.silus.ashtook@hotmail.com

Surdos” (BRASIL, 2007, p. 13).

De acordo com os relatos de Coutinho, Sander e Pires (2000), percebe-se que existem algumas dificuldades em atuar como intérprete de LIBRAS naquela época:

Em 1981, Ano Internacional das Pessoas Deficientes, realizou-se em Recife, Pernambuco, o I Congresso Brasileiro das Pessoas Deficientes de 26 a 30 de outubro. Quanto à luta dos surdos em relação ao direito de ter intérpretes, considero que estes cinco dias de Congresso, do qual participei, com Virgínia Barry que sabia sinais também, podem ser vistos como uma síntese desse processo. No primeiro dia, os profissionais que atuavam na área da surdez mal podiam nos ver conversando com os surdos em língua de sinais. Diziam que nós obrigávamos os surdos a comunicarem-se através de mímica. Encontramos uma alternativa bem criativa para burlarmos a proibição da presença do profissional intérprete. A plenária foi dividida em pequenos grupos de trabalho. Nestas pequenas sessões eu atuava como secretária, escrevendo o que estava sendo falado e um surdo, Rafael, sentado ao meu lado, atuava como intérprete, lendo o conteúdo e fazendo a interpretação. Três dias se passaram assim e nos últimos já estava na mesa juntamente com os palestrantes fazendo a interpretação (COUTINHO; SANDER; PIRES, 2000, p. 77).

Dessa forma, a Conferência Mundial realizada em Salamanca, veio para elencar a importância das variações linguísticas da língua de sinais e da presença do intérprete (UNESCO, 1994). Uma das razões para o aparecimento do profissional interprete na rede de ensino apenas em 1990, seria os fatores políticos, econômicos e axiológicos, deixando claro a falta de necessidade do profissional intérprete para os surdos (BRASIL, 1994). Faz-se entender também que a trajetória do intérprete de língua de sinais é um processo.

Dessa forma, por meio de um estudo bibliográfico, busca-se estudar a importância da presença de um interprete de LIBRAS em sala de aula, realizando a intermediação entre o professor, ensino e o aluno surdo.

2 A IMPORTÂNCIA DA LIBRAS PARA O SURDO

O ano de 1888 ficou conhecido como o mais sinistro da história, pois, através do Congresso de Salamanca em Milão, foi imposto que a educação dos surdos deveria ser apenas oralista, representando, segundo Strobel (2006), o maior evento de preconceito contra os surdos, gerando empobrecimento linguístico, cultural e cognitivo para os surdos, no qual também começou uma grande luta para defender o direito do uso da Língua de Sinais.

Já a Declaração de Salamanca de 1994, enfatiza as necessidades dos surdos terem o acesso à educação através da língua de sinais. Com a Resolução nº 48/96 das Nações Unidas, de Março de 1994, aponta a necessidade da presença de intérpretes como mediadores da

comunicação no ensino regular.

Para Sacks (2010, p.105), “A língua de sinais é para os surdos uma adaptação única a outro modo sensorial; mas é também uma corporificação da identidade pessoal e cultural dessas pessoas.” Entende-se que ela não é universal.

Linguagem é a “forma peculiar que o homem tem de se comunicar com seus semelhantes por meio de símbolos gestuais, orais ou escritos” (ROTTA et al, 2006, p.132). Assim, cada grupo, cada comunidade tem sua forma peculiar de se comunicar.

Para Dolto (1999, p. 15), “o ser humano é acima de tudo um ser de linguagem. Essa linguagem exprime seu desejo inextinguível de encontrar outro, semelhante ou diferente dele, e de estabelecer com este outro uma comunicação”. Existe uma necessidade de se comunicar que faz parte da vida de uma pessoa, mesmo que por sinais.

Fernandes (1990, p. 147) destaca a linguagem “[...] como fator de vital importância para o desenvolvimento de processos mentais, personalidade e integração social do surdo, apresentando-se como elemento essencial aos processos que visam a sua recuperação e reabilitação”.

Sacks (1998, p. 22) também relata a importância da linguagem “ser deficiente na linguagem, para um ser humano, é uma das calamidades mais terríveis, porque é apenas por meio da língua que entramos plenamente em nosso estado e cultura humana”.

De acordo com Skliar (1997, p. 145), “obrigar um grupo a utilizar uma língua diferente da própria contribui para que estes grupos, vítimas de uma proibição, se segreguem cada vez mais da vida nacional”. Esse não é o caminho certo, pois deve existir um respeito a forma de se comunicar de outras culturas. Jamais uma língua deve ser imposta.

Visando essa importância da LIBRAS para o surdo, deve-se trabalhar para sua expansão, para que o ensino tenha significado para eles, pois somente dessa forma eles poderão aprender de maneira satisfatória, através de metodologias de ensino que atendam as suas necessidades educacionais.

3 O INTÉRPRETE COMO MEDIADOR DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA APRENDIZAGEM

A profissão de tradutor e intérprete da LIBRAS foi reconhecida no dia 1º de setembro de 2010 pela Lei nº 12.319. Assim, o intérprete de LIBRAS tem a função de processar:

[...] a informação dada na língua fonte e faz escolhas lexicais, estruturais, semânticas e pragmáticas na língua alvo que devem se aproximar o mais apropriadamente possível da informação dada na língua fonte. Assim sendo, o intérprete também precisa ter conhecimento técnico para que suas escolhas sejam apropriadas tecnicamente. Portanto, o ato de interpretar envolve processos altamente complexos (QUADROS, 2004, p. 21).

Ainda sem distinção formal entre as áreas de atuação dos intérpretes da LIBRAS, a atuação do mesmo se distingue de acordo com a sua formação, experiência, afinidade e conhecimento da área em que atua. É importante destacar que a natureza de qualquer profissão está intimamente relacionada ao campo na qual ela se dá, pois as inferências desenvolvidas e as necessidades ocasionadas pelo cotidiano são significativas e inegáveis.

Para Quadros (2004, p. 35):

Tal distinção contribui para o esmero profissional, uma vez que é fato a impossibilidade de uma pessoa dominar todos os conhecimentos existentes no mundo, daí a busca pela especialização por áreas de Art. 22. As instituições federais de ensino responsáveis pela educação básica devem garantir a inclusão de alunos surdos ou com deficiência auditiva, por meio da organização de:

I - escolas e classes de educação bilíngüe, abertas a alunos surdos e ouvintes, com professores bilíngües, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental;

II - escolas bilíngües ou escolas comuns da rede regular de ensino, abertas a alunos surdos e ouvintes, para os anos finais do ensino fundamental, ensino médio ou educação profissional, com docentes das diferentes áreas do conhecimento, cientes da singularidade lingüística dos alunos surdos, bem como com a presença de tradutores e intérpretes de Libras - Língua Portuguesa.

§ 1º São denominadas escolas ou classes de educação bilíngüe aquelas em que a Libras e a modalidade escrita da Língua Portuguesa sejam línguas de instrução utilizadas no desenvolvimento de todo o processo educativo.

§ 2º Os alunos têm o direito à escolarização em um turno diferenciado ao do atendimento educacional especializado para o desenvolvimento de complementação curricular, com utilização de equipamentos e tecnologias de informação.

§ 3º As mudanças decorrentes da implementação dos incisos I e II implicam a formalização, pelos pais e pelos próprios alunos, de sua opção ou preferência pela educação sem o uso de Libras. A atuação por parte de quem exerce esta profissão.

Após o decreto nº 5626, de 22 de Dezembro de 2005, passou a ser obrigatório a presença de um tradutor intérprete de LIBRAS, no artigo 22 diz:

§ 4º O disposto no § 2º deste artigo deve ser garantido também para os alunos não usuários da Libras.

Art. 23. As instituições federais de ensino, de educação básica e superior, devem proporcionar aos alunos surdos os serviços de tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa em sala de aula e em outros espaços educacionais, bem como equipamentos e tecnologias que viabilizem o acesso à comunicação, à informação e à educação.

Desta forma, fica claro no Decreto Federal 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que a

formação do intérprete “deve efetivar-se por meio de curso superior de Tradução e Interpretação, com habilidades em Libras – Língua Portuguesa” (Capítulo V, artigo 17), o decreto também dá um prazo de 10 anos para as adequações desses profissionais.

Segundo o supracitado Decreto nº 5.626/05, a função do intérprete é viabilizar ao aluno surdo o acesso aos conteúdos curriculares, em todas as atividades didáticas pedagógicas, e agir como apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades da instituição de ensino. Além disso, a Lei nº 12.319/10 ainda ressalva que:

Art. 7º O intérprete deve exercer sua profissão com rigor técnico, zelando pelos valores éticos a ela inerentes, pelo respeito à pessoa humana e à cultura do surdo e, em especial:

I – pela honestidade e discrição, protegendo o direito de sigilo da informação recebida;

II – pela atuação livre de preconceito de origem, raça, credo religioso, idade, sexo ou orientação sexual ou gênero;

III – pela imparcialidade e fidelidade aos conteúdos que lhe couber traduzir;

IV – pela postura e conduta adequadas aos ambientes que frequentar por causa do exercício profissional;

V – pela solidariedade e consciência de que o direito de expressão é um direito social, independentemente da condição social e econômica daqueles que dele necessitam;

VI – pelo conhecimento das especificidades da comunidade surda.

Quanto ao trabalho do profissional intérprete, Lacerda (2005, p. 356) destaca:

Em relação ao papel do intérprete em sala de aula, se verifica que ele assume uma série de funções, (ensinar língua de sinais, atuar como educador frente a dificuldades de aprendizagem do aluno, entre outros) que o aproximam muito de um educador. [...] se integrando na equipe educacional, todavia isso o distancia de seu papel tradicional de intérprete gerando polêmicas.

Assim, o intérprete deve levar em consideração o ensino e aprendizagem, que vai mais do que o simples ato de interpretar.

Na concepção de Quadros (2004, p. 28):

- a) Confiabilidade (sigilo profissional);
- b) Imparcialidade (o intérprete deve ser neutro e não interferir com opiniões próprias);
- c) Discrição (o intérprete deve estabelecer limites no seu envolvimento durante a atuação);
- d) Distância profissional (o profissional intérprete e sua vida pessoal são separados); e
- e) Fidelidade (a interpretação deve ser fiel, o intérprete não pode alterar a informação por querer ajudar ou ter opiniões a respeito de algum assunto, o objetivo da interpretação é passar o que realmente foi dito).

Robertz (1992) apud Quadros (2004, pp. 73-74) apresenta seis categorias para analisar

o processo de interpretação, as quais serão destacadas a seguir por apresentarem as competências de um profissional tradutor/intérprete:

1. Competência lingüística: habilidade de entender o objeto da linguagem usada em todas as suas nuances e expressá-las corretamente, fluentemente e claramente a mesma informação na língua alvo, ter habilidade para distinguir as ideias secundárias e determinar os elos que determinam a coesão do discurso.
2. Competência para transferência: Essa competência envolve habilidade para compreender a articulação do significado no discurso da língua fonte, habilidade para interpretar o significado da língua fonte para a língua alvo, sem distorções, adições ou omissão, sem influência da língua fonte para a língua alvo.
3. Competência metodológica: habilidade em usar diferentes modos de interpretação, para encontrar o item lexical e a terminologia adequada avaliando e usando-os com bom senso e para recordar itens lexicais e terminologias.
4. Competência na área- conhecimento requerido para compreender o conteúdo de uma mensagem que está sendo interpretada.
5. Competência bicultural: conhecimento das crenças, valores, experiências e comportamentos dos utentes da língua fonte e da língua alvo.
6. Competência técnica: habilidade para posicionar-se apropriadamente para interpretar.

Cada uma dessas competências é fundamental para o desenvolvimento do trabalho do intérprete, principalmente no ambiente escolar, que tem a função de intermediar a relação dos alunos surdos com os professores e demais alunos da sala, responsável por parte da aquisição do seu conhecimento.

4 A RELAÇÃO DO INTÉRPRETE DE LIBRAS E O ALUNO SURDO

Para Lacerda (2011, p. 18), “a diferença entre as duas profissões são operacionais, pois o tradutor converte um texto escrito em outro texto escrito, e o intérprete parte de uma comunicação oral para outra comunicação oral”. Assim, o papel dos dois tem diferentes funções, no qual cada um deles tem suas vantagens e desvantagens.

O intérprete, diferente do tradutor que tem à sua mão o texto para possíveis consultas, tem apenas o texto que está sendo transmitido naquele momento, e o seu trabalho é feito sem nenhuma consulta, por isso, se faz necessário ao intérprete conhecer a fundo tanto a língua fonte quanto a língua alvo.

Se o tradutor precisa dominar a língua escrita, assim o intérprete precisa ter o domínio da língua oral. No caso do Tradutor Intérprete de Língua de Sinais (TILS), existe a ação de tradução (da LIBRAS para o português) e de interpretação (do português para a Libras). Lacerda (2011, p. 21) ainda ressalta que:

[...] o trabalho do intérprete não pode ser visto apenas como um trabalho linguístico, mas que também é necessário considerar a esfera cultural e social na qual o discurso está sendo anunciado, sendo fundamental conhecer o funcionamento e os diversos usos da linguagem.

Portanto, esse profissional é de suma importância para a comunicação efetiva do surdo na comunidade ouvinte, pois faz a mediação linguística entre a língua oral e a língua de sinais.

Para Quadros (2003) o intérprete é apenas um mediador, assim como para Aranha (2005, p. 98) em que o intérprete é o “mediador na comunicação entre surdos e ouvintes, nas diferentes situações de interação social”. Sendo o intérprete apenas um intermediário, se mantendo neutro na tradução do professor regente.

Nesse processo, cada um precisa conhecer o seu papel e o papel do outro, pois o intérprete não ocupa o lugar do professor, que é de ensinar, assim como o papel do intérprete, que é interpretar. As aulas devem ser planejadas pelo professor e o intérprete pode sugerir atividades em que o aluno poderá ter uma melhor compreensão do conteúdo. O trabalho em parceria ajudará no desenvolvimento do aluno. Para o professor, o conhecimento prévio da Língua de Sinais pode possibilitar uma aproximação com seu aluno, fazendo com que a inclusão em sala seja de fato concreta.

Há uma complexidade no papel dos intérpretes educacionais, por precisar de uma relação maior com os surdos, e maior compromisso com os processos de aprendizagem. Uma possibilidade que Lacerda (2011) acredita é de que quanto mais qualificada for a formação para esses profissionais, maior será a quebra dessas dificuldades, que conseqüentemente facilitará a relação intérprete educacional/aluno.

O perfil de Tradutores intérpretes de Libras (TILS) que atuam no ensino superior do país, também pode ser aqui destacado. Lacerda e Gurgel (2011) mencionaram em sua pesquisa, aspectos da formação do intérprete e suas práticas. A pesquisa traz resultados de investigação com esses profissionais, que resultou em diferentes perfis para atuarem como intérpretes. Pôde-se notar que a maioria deles passou por formação em LIBRAS, porém, menos da metade tem formação específica para atuar como Tradutores intérpretes de Libras (TILS).

A presença de profissionais, principalmente no âmbito acadêmico, é essencial, mas ainda está em processo de desenvolvimento e o próprio Instituto de Ensino Superior precisa definir o perfil do intérprete.

Para Souza (2007, pp. 159-160):

A ação do intérprete não pode ser considerada similar a de um *language translator*, ele é, antes de tudo também um educador. [...] Ou seja, aquele profissional partícipe da formação educativa de crianças e jovens em instituições de ensino. Estou propensa a acreditar que a interpretação em contexto escolar, tal como tecnicamente muitas vezes é deduzida a interpretação, é da ordem da impossibilidade.

Pela perspectiva de Souza (2007), a função do intérprete em sala de aula, está além de uma simples interpretação, visto que esta confusão se dá pelo fato de quando o aluno surdo tem alguma dúvida, ele se remete ao intérprete e não para o professor regente, ele de fato é diferente do que aquele intérprete em palestras, por isso ele ressalta que o “intérprete educacional” ele vai além da transmissão de conteúdos.

Almejando o melhor aproveitamento do aluno, é fundamental que professor e intérprete desenvolvam uma parceria de trabalho. O intérprete poderá se preparar melhor se os temas discutidos em sala forem anteriormente debatidos entre eles e, nessa interação, o intérprete também poderá contribuir com o professor ao fazer comentários específicos relacionados à linguagem da criança, à interpretação em si e ao processo de interpretação quando estes forem pertinentes para o processo de ensino e aprendizagem (QUADROS, 2004).

Pedroso (2001, p. 25) afirma que:

A construção de um currículo para surdos, que contemple as suas necessidades, a sua forma de comunicação e a sua cultura, é essencial na busca de um modelo de ensino apropriado para esses alunos, com qualidade, de fato, e capaz de promover a sua educação, na plenitude, ou seja, formá-lo e informá-lo, garantindo-lhe autonomia diante das circunstâncias às quais está exposto, na sua vida individual e social.

A Língua de Sinais tem sua importância significativa, mas devemos considerar a essência do surdo, sua identidade, cultura e a comunidade em que está inserido.

No âmbito escolar, não basta apenas o intérprete ser portador da LIBRAS, mas toda a comunidade escolar deve estar preparada para receber estes alunos, assim como declara Skliar (1999, p. 20) que “talvez se espere que os professores aprendam a usar sinais em seu tempo livre, fora do horário escolar. Geralmente, esperar-se-á que eles aprendam sinais como indivíduos em situações que estão separados da escola e/ou sala de aula.”

Para tanto, será necessário repensar em um currículo adequado para atender as necessidades desses alunos, no qual surdo, interprete e professor, possam ter uma participação efetiva nesse processo de construção do ensino aprendizagem, fazendo valer a “educação para

todos”, segundo a LDB (BRASIL, 1996) e uma educação de qualidade. Esse movimento dialético abre espaço para reflexão da práxis o que, por certo, a tornará mais consciente e eficaz.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desta pesquisa mostram a importância do profissional intérprete em uma sala de aula para o aluno surdo, auxiliando na construção da identidade do mesmo, contribuindo ainda para a sua socialização com a turma e promoção do elo entre o aluno e o professor regente.

A presença de intérprete de LIBRAS nas aulas planejadas para serem aplicadas na sala de aula pode demonstrar a necessidade do uso da língua de sinais na construção da identidade surda, valorizando-a como instrumento de comunicação, troca, reflexão, crítica, posicionamento e oportunizando ao surdo significar sua interação com outro surdo.

Pelo o que foi possível observar, a língua de sinais é um elemento mediador na aprendizagem deste educando, e a garantia de uma efetivação de inclusão plena, que legitima a presença de um profissional intérprete.

O intérprete educacional não é um educador, mas ele tem sim a sua função educativa. Para tanto, o professor regente deve estar ciente que ele tem o dever de interagir com o profissional intérprete, partilhando dos seus planejamentos, para que juntos possam buscar recursos, para uma aula enriquecedora para este educando surdo.

Para tanto, o intérprete, via de regra, utiliza um procedimento recomendado por vários estudos, isto é, entra em contato previamente com o locutor da fala para discutir termos, significados, esquemas, tudo o que será tratado no momento do discurso. Tais informações podem auxiliá-lo a construir uma rede de significações sobre o tema. Desse modo, o profissional terá condições de planejar sua interpretação, oferecendo ao surdo, alternativas úteis à construção de ideias pertinentes ao que é tratado, no contexto da sala de aula.

Acredita-se que a sociedade precisa vencer essa barreira excludente, aquela que não se encaixa nos padrões normais da sociedade, possibilitando que esses indivíduos surdos se desenvolvam em todos os aspectos, garantindo uma melhor qualidade de vida, tanto em aspectos educacionais ou sociais.

Portanto, acredita-se que a responsabilidade do aprendizado do aluno surdo dentro da

sala de aula é do professor regente, e obedecendo ao código de ética, o profissional intérprete deve ser o mediador da interação social desse aluno surdo dentro do ambiente escolar.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M. S. F. (ORG). **Saberes e Práticas da Inclusão: Desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais de alunos surdos/** Coordenação Geral: SEESP/MEC – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.

BRASIL, **Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010.** Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Brasília, 2010.

_____. **Lei Nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Presidência da República. Casa Civil, Brasília, 1996.

_____. **Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Brasília, 2005.

_____. **O Tradutor e intérprete de língua de sinais e língua portuguesa.** Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdo/MEC/SEESP. Brasília, 2007.

COUTINHO, D. M. D.; SANDER, R.; PIRES, C. L. **O intérprete da LIBRAS: um olhar sobre a prática do profissional.** In: Seminário Desafios para o Próximo Milênio, de 19 a 22 de setembro de 2000. Rio de Janeiro: INES/Divisão de Estudos e Pesquisas, 2000.

DOLTO, F. **Tudo é linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FERNANDES, E. **Problemas linguísticos e cognitivos do surdo.** Rio de Janeiro: Agir, 1999.

LACERDA C. B. F. O intérprete de língua de sinais em sala de aula: experiência de atuação no ensino fundamental. **Contrapontos** - volume 5 - n. 3 - p. 353-367 - Itajaí, set/dez 2005.

_____. **Intérprete de libras: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental.** 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2011.

_____; GURGEL. T. M. A. Perfil de Tradutores-Intérpretes de Libras (TILS) que atuam no Ensino Superior no Brasil. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v.17, n.3, p.481-496, 2011.

PEDROSO, C. C. A. **Com a palavra o surdo: aspectos do seu processo de escolarização.** 2001. 155f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, SP, 2001.

QUADROS, R. M. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa.** Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. Brasília: MEC/ SEESP, 2004.

ROTTA, N. T.; OHLWEILER, L.; RIESGO, R. S. **Transtornos da Aprendizagem Abordagem Neurobiológica e Multidisciplinar**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

SACKS, O. **Vendo vozes**: uma viagem ao mundo dos surdos. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SOUZA, R. M. de. **O professor intérprete de Língua de Sinais em Sala de Aula**: ponto de partida para se repensar a relação ensino, sujeito e linguagem. Campinas: Educação Temática Digital, 2007.

STROBEL, K. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 2008.

SKLIAR, C. (Org.). **Educação e exclusão-Abordagens sócio-antropológicas em educação especial**. Porto Alegre: Mediação, 1997.

_____. **Localização política da educação bilíngue para surdos**. In: SKLIAR, C. (Org.). *Atualidade da educação bilíngue para surdos*. Porto Alegre: Mediação, 1999.

THEODOR, E. **Tradução**: ofício e arte. 3. ed. São Paulo: 1980.